

É fartar, vilanagem!



Um monograma escondido na bota de uma figura coroada, as iniciais de um nome e uma data disfarçadas no aparente arabesco que ornamenta o botim de um jovem nobre – o tema e o mistério que o rodeia fascinaram-me. Não pelo lado detectivesco da investigação nem pelo método dedutivo utilizados, embora Conan Doyle, Umberto Eco e Pérez-Reverte não os tivessem por certo desdenhado, mas porque, do mesmo passo, o livro de Jorge Filipe de Almeida e Maria Manuela de Albuquerque (*Os Painéis de Nuno Gonçalves*, Editorial Verbo, 2000) arranca todos aqueles rostos do anonimato a que uma nebulosa impotência científica os havia condenado e devolve aos portugueses uma fatia da sua História.

Os célebres painéis ditos vicentinos estão afinal assinados, duplamente assinados e datados. E o autor não é nenhum dos muitos génios em que a Flandres quatrocentista foi tão fértil, como se chegou a suspeitar face à genialidade do quadro. O autor é essa «água» da pintura portuguesa que dá pelo nome de Nuno Gonçalves e o políptico é de 1445 – data confirmada, aliás, pela análise dendrocronológica que situa a madeira sobre a qual os painéis estão pintados nos dez anos que se seguem a 1442.

Esta descoberta, que retira trinta anos à datação oficial da obra, em torno de uma pintura que é considerada um ícone nacional, merecia, só por si, um reconhecimento também nacional, não fora que os autores vão mais longe na tese defendida já em 1925 por José Saraiva. A figura central do quadro não é São Vicente mas sim o infante Dom Fernando, morto em Fez em 1443. Partindo deste pressuposto, os investigadores desenvolvem um trabalho estruturado e convincente, pelo menos para o leigo na matéria, que eu sou, e quebram as grandes interrogações até agora colocadas em torno dos painéis: quem são as figuras de primeiro plano ali retratadas e que celebram reunidas.

A resposta é que se trata da Ínclita Geração, incluindo retratos póstumos de alguns dos seus membros, do jovem e futuro rei Dom Afonso V, de figuras destacadas da nobreza e do clero e de dirigentes e confrades da Casa do Bem-Aventurado Santo Antoninho, todos eles a rodear, numa homenagem fúnebre, a figura beatificada de Dom Fernando, o Infante Santo. Recorrendo a documentos, a técnicas e a opiniões de especialistas estrangeiros, os autores decifram a identidade das personagens, o significado dos símbolos e dos textos, a origem da última relíquia.

E é aqui que, ao contrário do que seria legítimo esperar, os aplausos se transformam num clamor de protestos. Quase unânime, a corporação dos historiadores do reino e das lusas universidades arremete contra a tese defendida no livro e contra os seus

autores, em particular contra Jorge Filipe de Almeida, culpado de tudo e, designadamente, de haver decifrado as iniciais da assinatura de Nuno Gonçalves. Tanto mais culpado quanto a evidência escapou durante um século aos nossos especialistas, apesar de a leitura das iniciais, qual ovo de Colombo, poder ser hoje feita por simples camponeses letrados da minha aldeia beirã.

O coro dos eruditos protestos cristalizou-se numa série de depoimentos divulgados pelo jornal *Público*. Numa sucessão de textos categóricos, onde prevalece um tom de sanha sobre a esperada serenidade académica e intelectual, vários guardiões da história da arte portuguesa, afrontados, optam por recusar a discussão. Outros, num belo exemplo de abertura de espírito, preferem atacar o autor do livro no plano pessoal em vez de analisar e refutar as suas teses.

Alertado para as novas descobertas por um abaixo-assinado de figuras públicas da academia e da literatura, o ministro da Cultura teve o bom senso de mandar que se aprofundem as análises e as investigações e, visto que inúmeros especialistas europeus concordam com a tese de Jorge Filipe de Almeida, ousa encarar a hipótese de promover um seminário internacional sobre o tema. Pois bem, logo um erudito democrata sai a terreno para decretar que a «ciência não se faz por despacho». Que pena não o haver dito quando a ditadura, essa sim, decretava o nosso silêncio por força de despacho e de polícia política.

Ao que foi noticiado, vai o Instituto Português de Museus organizar um debate sobre os painéis, em finais de Maio. Pessoalmente não tenho qualquer competência para me pronunciar sobre a essência da questão. Mas, do fundo da revolta que a intolerância, a intransigência e a recusa do diálogo por parte dos detentores da verdade oficial em mim provoca, resta-me fazer votos para que a escolha do modelo não recaia sobre o debate a uma só voz. É um tipo de debate que me desperta memórias inquisitoriais e linchamentos científicos onde o acusado, privado do direito elementar de se defender, estava de antemão condenado ao silêncio e à exclusão. De vilanias, está a nossa História cheia.

Em Alfarrobeira, essa batalha tão liminarmente presente na obra de Nuno Gonçalves, afirmou-se a vocação africana e marítima de Portugal. Não a par da vocação europeia. Mas contra ela. Contra a modernidade da época. A social, a cultural. A do debate de ideias. Foi o fim das nossas elites e o princípio do célebre «é fartar, vilanagem!» lançado por Álvaro Vaz de Almada aos serventuários que o matavam para melhor poderem agradecer a Dom Afonso V. Será que ainda não estamos fartos que baste? ◀

jmbf@pressmundo.pt

Este debate desperta-me memórias inquisitoriais e linchamentos científicos onde o acusado, privado do direito de se defender, estava de antemão condenado ao silêncio e à exclusão.